

CPT559 - FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL NAS PÁGINAS ELETRÔNICAS DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Autoria

Clari Schuh

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Marcus Vinicius Santana Chaim

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

FERNANDO MACIEL RAMOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Redvânia Vieira Xavier

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Resumo

A partir da evidenciação de informações voluntárias disponibilizadas pelos gestores públicos, este estudo teve como objetivo analisar o nível e os fatores explicativos sobre capital intelectual evidenciados nas páginas eletrônicas das prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul com população acima de 40 mil habitantes, totalizando 53 cidades. Mediante pesquisa documental digital foi utilizado o instrumento de coleta de Schuh (2009) que compreende os componentes de capital intelectual: capital humano, capital estrutural, capital de municípios e transparência, assim como seus respectivos subitens. Os dados foram objeto de análise descritiva onde remeteu-se a pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa na identificação e análise dos itens e subitens empregando testes estatísticos e análise de regressão. Os resultados indicam que o capital humano possui 65,16% do total de evidenciações, seguido de capital estrutural com 71,20%, capital de municípios com 88,36% e transparência com 100% de evidenciação de informações inerentes ao capital intelectual. Os resultados do modelo estatístico indicam que o desenvolvimento humano e a receita do município, são os fatores explicativos do nível de evidenciação total do capital intelectual dos municípios do Rio Grande do Sul. Finalmente, considera-se que alguns municípios se destacam pelo alto índice de evidenciação, porém constatou-se também que há espaço para outros municípios evidenciarem maiores níveis de informação de capital intelectual, pois além da transparência junto aos cidadãos, a evidenciação de informações voluntárias agrega valor e visibilidade aos municípios.

FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELLECTUAL NAS PÁGINAS ELETRÔNICAS DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

A partir da evidenciação de informações voluntárias disponibilizadas pelos gestores públicos, este estudo teve como objetivo analisar o nível e os fatores explicativos sobre capital intelectual evidenciados nas páginas eletrônicas das prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul com população acima de 40 mil habitantes, totalizando 53 cidades. Mediante pesquisa documental digital foi utilizado o instrumento de coleta de Schuh (2009) que compreende os componentes de capital intelectual: capital humano, capital estrutural, capital de munícipes e transparência, assim como seus respectivos subitens. Os dados foram objeto de análise descritiva onde remeteu-se a pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa na identificação e análise dos itens e subitens empregando testes estatísticos e análise de regressão. Os resultados indicam que o capital humano possui 65,16% do total de evidenciações, seguido de capital estrutural com 71,20%, capital de munícipes com 88,36% e transparência com 100% de evidenciação de informações inerentes ao capital intelectual. Os resultados do modelo estatístico indicam que o desenvolvimento humano e a receita do município, são os fatores explicativos do nível de evidenciação total do capital intelectual dos municípios do Rio Grande do Sul. Finalmente, considera-se que alguns municípios se destacam pelo alto índice de evidenciação, porém constatou-se também que há espaço para outros municípios evidenciarem maiores níveis de informação de capital intelectual, pois além da transparência junto aos cidadãos, a evidenciação de informações voluntárias agrega valor e visibilidade aos municípios.

Palavras chave: Capital intelectual, Municípios, Fatores explicativos.

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem passando por transformações de diversas naturezas, que demandam e levam a melhoria na integração entre os governantes e a sociedade (Athayde, 2002). No cenário nacional isto pode ser observado a partir dos últimos acontecimentos no meio político e legal, como o processo de impeachment, no meio governamental devida a promulgação de leis que elevam a atenção aos mecanismos de governança pública e também no meio empresarial frente as demandas de mercado por empresas mais transparentes. Essa transformação tem é oriunda e do aumento do interesse da população em participar da vida política da união, estados e municípios (Avelino, 2013) e dos investidores e demais *stakeholders* em obter informações sobre as entidades de modo geral.

Neste contexto, o tema evidenciação e divulgação de informações é de alta relevância, pois versa em um dos formatos mais importantes de comunicação dos gestores com as partes interessadas (Avelino, 2013), tanto no meio corporativo quanto o público. Nesta linha, Saw (2003) complementa que a divulgação de informações é uma ação complacente para obter melhores níveis de transparência. Na gestão pública a transparência é percebida em níveis globais (Mendel 2009; Relly e Sabharwal 2009), devida as demandas sociais acerca da adequada gestão dos recursos públicos.

No Brasil, a normatização da evidenciação de informações por parte dos órgãos públicos é estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação, as quais estabelecem o uso da *internet* como ferramenta para a evidenciação das informações públicas (Santana Junior, 2008). A divulgação de informações na *internet* não é apenas um artifício de gestão que garante a transparência dos atos dos entes públicos, mas um ato que transcende a simples obrigação legal. A administração pública pode utilizar a *internet* para divulgar

informações não obrigatórias, a exemplo dos projetos, campanhas de interesse público, dados estatísticos da população, seus produtos e serviços, a estrutura em relação a saúde e educação, seus investimentos (OECD, 2003). É uma oportunidade dos gestores públicos melhorar o relacionamento com os cidadãos (Mello; Slomski, 2010).

Verrecchia (2001) observa que a evidenciação de informação pode ser de forma compulsória ou voluntária. Neste sentido, é prudente que assim como no meio empresarial, a gestão pública não evidencie somente informações obrigatórias ou de caráter econômicos, mas também aspectos relacionados aos seus componentes de capital intelectual em seus sítios eletrônicos (Schuh, 2009), visto que o gerenciamento das informações pelas entidades públicas é uma ação estratégica e de responsabilidade para atrair os cidadãos, empresas, demais órgãos públicos e investidores, propiciando o crescimento dos municípios.

Logo, a divulgação de informações sobre o capital intelectual (CI) da cidade pelas páginas *web*, aumenta a credibilidade dos municípios e seus gestores, perante a sociedade, pois é uma fonte importante e de fácil acesso para os munícipes de modo geral, que possibilita a atração de novas empresas para se instalar no município ou pessoas na busca de municípios com maiores níveis de qualidade de vida para morar.

A evidenciação do capital intelectual é um fator que agrega valor ao município, com base nisso, surgem as seguintes questões: *Qual o nível e os fatores explicativos da evidenciação de capital intelectual nas páginas eletrônicas de prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul?* Assim, essa investigação possui como objetivo analisar os fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre capital intelectual nas páginas eletrônicas das prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa justifica-se, pelo fato de que, a maior parte dos trabalhos sobre evidenciação contábil tem sido voltada para o setor privado, deixando uma lacuna para estudos envolvendo a divulgação de informações para o setor público. Assim, esta pesquisa visa contribuir para uma discussão acadêmica pertinente ao setor público, principalmente sobre fatores explicativos de evidenciação voluntária do setor público.

Quanto a contribuição empírica, as pesquisas realizadas no Brasil que objetivam investigar a transparência da gestão pública por meio da divulgação de itens estão relacionadas a evidenciação compulsória, conforme a legislação relacionada. Este estudo prossegue para evidenciações voluntárias e pretende-se contribuir com os gestores públicos para que percebam a importância da divulgação de informações voluntárias e favoreça a aproximação do ente público para com os munícipes, agregando valor ao município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo Intangível e Capital Intelectual

A riqueza das organizações tem tomado um rumo onde à riqueza maior são as pessoas e as informações sendo indispensável para empresas que visam o futuro tendo como um diferencial competitivo que agrega valor às organizações. Para Stewart (1998), uma organização é movida à informação onde o componente físico diminuiu e o intelectual aumentou. O mundo vem sofrendo mutações no seu âmbito de informação desde a Revolução Industrial onde se precisava do componente humano físico para mover uma empresa e hoje, a competitividade está no seu âmbito intelectual, nas ideias que surgem para torn/ar uma empresa mais eficaz nos seus processos (Stewart, 1998).

Os projetos de uma empresa estão voltados no uso prático do conhecimento, atingindo objetivos organizacionais mediante a estruturação de pessoas, tecnologia e conteúdo do conhecimento (Davenport & Prusak, 2004). Assim, se faz necessário o conhecimento como diferencial nas empresas com o advento da globalização o que é indispensável para visão de futuro e evolução das mesmas (Zafalon, Duarte & Rodrigues, 2006).

Na mesma linha, Dantas (2016) e Kayo, Kimura, Martin & Nakamura (2006) dizem que ativo intangível é um ativo não monetário identificável que não possui existência física. Estes ativos podem ser vendidos, transferidos ou negociados, a exemplo de marcas, patentes, softwares, direitos autorais, licenças, direitos de exibição de filmes, entre outros (Dantas, 2016). O ativo intangível pode ser percebido também na governança corporativa, na sua capacidade de atrair e reter os melhores talentos trazendo capacidade de inovação para o negócio (Musa, 2006).

Também Zafalon et al (2006) complementam que ativo intangível são recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros para a organização. Embora o ativo intangível não tenha valor físico como um imóvel ou veículo, ele pode ser um aliado valioso para uma empresa ou Governo trazendo sucesso ou fracasso a longo prazo. Empresas ou Governo que souberem fazer gestão agregando valor ao seu ativo intangível podem ter seu reconhecimento de forma sucedida pela sociedade trazendo efeitos positivos para a mesma.

Ao mesmo tempo, a globalização vem crescendo gradativamente com a ajuda de tecnologias de produção, informática e de telecomunicação. Esta mudança traz grandes impactos na economia mundial, estudiosos apontam este assunto como um período de transição da sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, pois os recursos até então existentes valorizados e utilizados na produção – terra, capital e trabalho –, se junta o conhecimento, que altera a estrutura econômica das nações, sobretudo, a forma de valorizar o ser humano (Antunes, 2000). Para Rezende (2002, p. 122) “Novas e importantes percepções emergem quando as empresas passam a ser vistas também sob a ótica do conhecimento”.

Além disso, Edvinsson & Malone (1998, p. 2) exemplificam que “o valor de uma Intel ou de uma Microsoft não reside nos tijolos e na argamassa ou mesmo nos estoques, mas em outro tipo intangível de ativo: O Capital Intelectual”, que para Stewart (1998, p. 69), “é a capacidade organizacional que uma organização possui de suprir as exigências de mercado”.

Assim, o capital intelectual é a uma combinação de ativos intangíveis, que compõe: Ativos de Mercado, Ativos Humanos, Ativos de Propriedade Intelectual e Ativos de Infraestrutura (Brooking, 1996), Capital Humano, Estrutural e de Clientes (Edvinsson & Malone, 1998 e Stewart, 1998), Competência das Pessoas, Estrutura Interna e Externa (Sveiby, 1998) e, Capital Interno, Externo e Humano (Chiavenato, 2009).

Para a mensuração do capital intelectual, Schuh (2009, p. 21) diz que “nos últimos anos, vários esforços vem sendo empreendidos na busca de metodologias e modelos que contribuam para melhorar a capacidade de gestão do capital intelectual nas empresas”. Neste sentido, encontra-se na literatura o Navegador Skandia (Edvinsson & Malone, 1998), Navegador de Capital Intelectual (Stewart, 1998) e Monitor de Ativos Intangíveis (Sveiby, 1998). A finalidade de cada modelo é respectivamente: (i) trata-se de indicadores não-financeiros que são direcionados para resultados financeiros, (ii) analisa o desempenho da empresa de vários pontos de vista e é uma ferramenta para comparar pontos fortes e fracos tanto com dados internos quanto dados externos, (iii) tem por finalidade oferecer controle gerencial para a administração da empresa.

2.2 Recursos Intangíveis no Setor Público

Com a vinda da tecnologia e a constante necessidade de criação e inovação por novos produtos e serviços que atendam e facilitem o dia a dia das pessoas, entidades do setor público e privado se veem nesta busca antológica por qualidade a rapidez em informações, produtos e serviços. Neste sentido, Cinca, Molinero e Queiroz (2001) afirmam que os ativos intangíveis são utilizados de formas diferentes pelo setor público e privado. Uma empresa privada se preocupa em saber quanto vale um cliente satisfeito em termos de vendas futuras, focando em rentabilidade e riqueza dos acionistas. Já um gerente do setor público está preocupado na segurança nacional, a administração da justiça ou o aumento do nível geral da cultura, os quais

não podem ser medidos fazendo referência a algum valor monetário. Ou seja, “o capital intelectual de uma nação inclui os valores ocultos de indivíduos, empresas, instituições, comunidades e regiões que são as fontes atuais e potenciais para a criação de riqueza” (Bontis (2004, p.14).

Neste sentido, os modelos desenvolvidos para mensuração do capital intelectual (Brooking, 1996; Edvinsson & Malone, 1998; Stewart, 1998; e Sveiby, 1998) são destinados para organizações privadas, trazendo dificuldade para aplicação no setor público. No entanto, Stewart (1998) traz a ideia que é possível transpor o formato universal do relatório de capital intelectual do Navegador Skandia para o governo municipal, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Adaptação componentes do Capital Intelectual para municípios

Componentes do Capital Intelectual	Componentes do Capital Intelectual adaptados para municípios
Fator Humano	Munícipes, ou seja, pessoas que habitam o município.
Fator Clientes	As empresas que apoiam ou empregam essas pessoas, bem como aquelas que estão sendo atraídas para a cidade.
Fator Processo	O conjunto de serviços prestados pela prefeitura: administração, escolas, polícia, corpo de bombeiros, entre outros.
Fator Financeiro	Orçamento municipal (incluindo a dívida ou o superávit), a base de tributação e o investimento local combinado das empresas da área.

Fonte: Baseado em Stewart (1998, p. 180).

Para o autor, o fator humano está relacionado aos munícipes, clientes são as empresas que empregam os munícipes ou aquelas que estão sendo atraídas para o município, fator processo são os serviços prestados pelo município e financeiro é o orçamento municipal.

Encontram-se na literatura outros modelos propostos para o setor público, a exemplo de Queiroz (2006) a proposta é demonstrar o desenvolvimento de indicadores sobre os ativos intangíveis no setor público e sua posterior reflexão registrada em documentos. Ramirez (2010) visa identificar e medir recursos intangíveis para a administração pública baseado no projeto SICAP de Bueno et al. (2004) que propõem um Modelo Geral de Capital Intelectual para o setor público, que consiste em adaptar o Modelo Intellectus (CIC, 2002) à realidade da administração pública. Índice Nacional de Capital Intelectual de Bontis (2004) que mensura o capital intelectual desenvolvido para a região árabe. Neste modelo, a proposta se compreende em quatro componentes, sendo eles: capital humano, capital de processo, capital de renovação e capital de mercado. O modelo se baseia na pesquisa que calcula os índices NHCI (*National Human Capital Index*); NPCI (*National Process Capital Index*); NMCI (*National Market Capital Index*); e, NRCI (*National Renewal Capital Index*), que formam o NICI (*National Intellectual Capital Index*). Cada um destes índices provém de conceitos onde resultam a mensuração do capital intelectual para cada componente.

Diante dos modelos apresentados, Queiroz (2006) destaca que o problema atual dos modelos de capital intelectual para aplicação no setor público, é explicar a diferença entre o valor de mercado da empresa e seu valor contábil, uma vez que não faz sentido algum obter o valor de um conselho da cidade ou da política nacional. Apesar das diferenças dos modelos de mensuração de capital intelectual do setor privado para público, no que se diz respeito a composição dos componentes do capital intelectual e seus conceitos, podem ser perfeitamente aplicáveis ao setor público, uma vez que adaptados e gerenciados em prol dos objetivos da entidade.

A evidenciação de informações é de extrema relevância para o administrador de entidades públicas e privadas, pois é uma fonte importante e decisiva para a tomada de decisão, que permite uma melhor visualização da atual performance da organização tendo a possibilidade de corrigir erros ou melhorar desempenhos. Para Guedes & Silvério (2016) as informações têm por objetivo a tomada de decisão e a possibilidade de controle social, e são

relativas aos resultados da execução orçamentária e das movimentações financeiras, econômicas e patrimoniais.

A evidenciação de informações relevantes tem importância fundamental no acompanhamento das atividades empresariais, possuindo grande valia para o administrador esclarecer as modificações oriundas dos processos executados (Luz, 2015). A importância da evidenciação consiste nos diversos usuários interessados nas informações, seja, o sócio de uma organização, empresas privadas, organizações não governamentais e a sociedade em geral, de acordo com o interesse de cada um desses grupos de pessoas no acompanhamento do negócio.

Assim sendo, é de extrema importância que se faça uso da evidenciação de informação contábil no setor público de forma que seja transparente e útil para o usuário final, pois assim existe maior interação entre os cidadãos e investidores aumentando assim a credibilidade do município e da administração pública. Athayde (2002) destaca que devem ser incluídos dados relevantes na evidenciação contábil para análise macroeconômica e para a busca de problemas sociais, tais como: emprego, saúde, educação, habitação, saneamento básico, agricultura, assistência social, entre outros. Assim, quanto maior o arsenal de informações, melhor, pois aos olhos internos e externos, o município transmitirá a preocupação e compromisso que possui com a comunidade em geral de evidenciar a real situação e seus feitos para melhor administração do município, possibilitando a proximidade dos cidadãos e investidores na busca inerente à melhoria por cada área de atuação do município (Queiroz, 2006).

3 METODOLOGIA

Collis e Hussey (2005) mencionam que as investigações no campo das ciências sociais aplicadas podem ser classificadas metodologicamente quanto ao seu objetivo, a estratégia de coleta de dados e a abordagem de análise. Dessa forma, presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva quanto ao seu objetivo, documental quanto a estratégia de coleta de dados e com abordagem quantitativa do problema de pesquisa.

A população do estudo centrou-se nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, os quais constituem 497 municípios no total. Para realização deste estudo definiu-se como critério de amostra a seleção dos municípios com população acima de 40 mil habitantes. Este critério deu-se não dar viés devido ao amparo da lei da transparência, pois as leis que regerem a transparência no âmbito da gestão pública, que são a Lei de Responsabilidade Fiscal que permite que prefeituras com menos de 50 mil habitantes evidenciem menor número de relatórios em suas páginas e a Lei de Acesso a Informação que obriga os municípios com mais de 10 mil habitantes a divulgar na internet informações referentes à gestão pública municipal. Assim, chegou-se a uma amostra de 53 municípios, que juntos resultam num total de 7.535.926 habitantes, que representam 66,77% em relação ao total da população do Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o objetivo dessa investigação a coleta de dados deu-se em dois polos, sendo: (i) referente a mensuração do nível de evidenciação do capital intelectual dos municípios; (ii) referente aos fatores explicativos tratados nesse estudo que podem explicar o nível de evidenciação do capital intelectual dos municípios analisados. O período de coleta foi de agosto a outubro do ano de 2017, por meio da consulta às páginas eletrônicas das prefeituras municipais (PM).

Para mensuração do nível de evidenciação do capital intelectual (NECIM) foi utilizado um *check-list* composto por 52 (cinquenta e dois) quesitos, distribuídos em quatro subcategorias do capital intelectual que são: Capital Humano (CAPHUM), Capital Estrutural (CAPESTR), Capital de Municípios (CAPMUN) e Transparência, instrumento utilizado por Schuh (2009). Para permitir a elaboração do índice respectivo ao nível de evidenciação, foi utilizada uma combinação binária na avaliação de atendimento de cada critério do instrumento, sendo atribuído 1 (um) quando o município evidenciou e 0 (zero) quando não evidenciou.

Inicialmente, elaborou-se um conjunto de indicadores que representam as informações que foram coletadas de cada município da amostra. Na sequência, esses indicadores foram divididos em índices (CAPHUM = Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital Humano; CAPESTR = Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital Estrutural; CAPMUN = Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital de Municípios; TRANSP = Índice de Evidenciação de itens relacionados a Transparência; IND = Índice de evidenciação total, mensurado pela proporcionalidade de nº de itens evidenciados, pelo total de critérios analisados). A partir dessa divisão, foi possível mensurar o NECIM, por intermédio da divulgação das informações nas páginas eletrônicas disponíveis das prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul.

No quadro 1 são apresentadas as variáveis utilizadas no estudo como possíveis fatores explicativos do nível de evidenciação.

Quadro 1 – Variáveis do estudo

VARIÁVEL	OPERACIONALIZAÇÃO	BASE DE DADOS	BASE TEÓRICA
População (LnPOP)	Logaritmo natural do número de habitantes do município	IBGE	Cruz, Silva & Santos (2009); Schuh (2009); Rossoni (2013); Leite Filho, Andrade e Colares (2014); Marques (2014); Comin, Ramos, Zucchi, Favretto, Fachi (2016).
Taxa de Analfabetismo (ANALF)	Taxa de Analfabetismo disposta individual de cada município de acordo com os dados do IBGE.	IBGE	Cruz et al (2009); Schuh (2009), Cruz, Ferreira, Silva & Macedo (2010).
Receita (LnREC)	Logaritmo natural da receita total do município.	TCE	Cruz et al (2009); Cruz et al. (2010); Comin et al (2016).
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Índice de desenvolvimento humano por município de acordo com os dados do IBGE.	IBGE	Cruz et al (2009); Schuh (2009); Cruz et al. (2010); Souza et al. (2013); Leite Filho et al (2014); Costa & Torres (2015); Comin et al (2016).
Número de Eleitores	Logaritmo natural do número de eleitores de cada município.	TCE	Schuh (2009).
Idade do Município (LnIDD)	Logaritmo natural da idade do município, mensurada pela diferença entre o ano de 2017 e o ano de emancipação.	TCE	Schuh(2009).
Produto Interno Bruto per Capta do município (LnPIB)	Logaritmo natural do produto interno bruto per capta do município.	TCE	Schuh (2009); Cruz et al. (2010); Comin et al (2016).

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A análise dos dados ocorreu em três etapas, sendo primeiramente pelo emprego de estatísticas descritivas, para elucidar o nível de evidenciação do capital intelectual dos municípios analisados. Na segunda etapa foi empregado o teste de correlação de *Pearsons*, para analisar a correlação entre as variáveis do estudo, e por fim, na última etapa foi empregado o teste de Regressão Linear Múltipla, para identificar os fatores explicativos do nível de evidenciação de capital intelectual mensurado.

Para a análise de regressão linear múltipla foram estimados quatro modelos econométricos, para testar os fatores explicativos à três subcategorias do capital intelectual (Capital Humano, Capital Estrutural, Capital de Municípios), e por fim, no nível de evidenciação global (NECIM).

No primeiro modelo foi considerado como a variável dependente um índice apurado para a subcategoria referente aos itens de capital humano (CAPHUM), e como variáveis independentes a taxa de analfabetismo (ANALF); o índice de desenvolvimento humano (IDH); receita (LnREC), PIB per capita (LnPIB) e a idade (IDD) do município. Este modelo testou influência das variáveis independentes no nível de evidenciação do capital humano dos municípios da amostra deste estudo. O modelo proposto é apresentado na equação 1.

$$CAPHUM = \beta_0 + \beta_1 ANALF_i + \beta_2 IDH_i + \beta_3 LnREC_i + \beta_4 LnPIB_i + \beta_5 LnIDD_i + \mu_i \quad (1)$$

No segundo modelo proposto, são consideradas as mesmas variáveis preditoras utilizadas na equação 1 e tem como variável dependente o nível evidenciação do capital estrutural dos municípios, constituindo-se assim a equação 2. Com este modelo, testou-se a influência das variáveis independentes no nível de evidenciação do capital estrutural dos municípios da amostra deste estudo.

$$CAPESTR = \beta_0 + \beta_1 ANALF_i + \beta_2 IDH_i + \beta_3 LnREC_i + \beta_4 LnPIB_i + \beta_5 LnIDD_i + \mu_i \quad (2)$$

Para testar a influência das variáveis consideradas como possíveis fatores explicativos do nível de evidenciação investigado, foi proposto o terceiro modelo (equação 3), o qual tem por finalidade a influência das variáveis no nível de evidenciação do capital de municípios.

$$CAPMUN = \beta_0 + \beta_1 ANALF_i + \beta_2 IDH_i + \beta_3 LnREC_i + \beta_4 LnPIB_i + \beta_5 LnIDD_i + \mu_i \quad (3)$$

E por fim, o quarto e principal modelo, visa responder ao objetivo do estudo, o qual volta-se para analisar os fatores explicativos do nível de evidenciação do capital intelectual dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, foi proposto o modelo apresentado na equação 4, em que é considerada como variável dependente o NECIM, e como variáveis independentes e explicativas, as apresentadas no quadro 1.

$$NECIM = \beta_0 + \beta_1 ANALF_i + \beta_2 IDH_i + \beta_3 LnREC_i + \beta_4 LnPIB_i + \beta_5 LnIDD_i + \mu_i \quad (4)$$

Para validação da regressão linear múltipla foram realizados os testes de pressuposto, a normalidade dos dados foi analisada por meio do teste de *Kolmogorov-Smirnov*; na análise da multicolinearidade aplicou-se o teste de *Variable Inflation Factor* (VIF) - (Fator de Inflação da Variância); para a análise da homoscedasticidade realizou-se o Teste de Levene; foi analisada ainda a auto correlação dos resíduos por meio do teste de *Durbin-Watson*. Os quais os resultados foram favoráveis para a utilização da técnica. Para a realização do teste foi utilizado o software Stata: *Data Analysis and Statistical Software*®.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

A partir da apuração dos indicadores, realizou-se a apuração da estatística descritiva dos índices que compõem o nível de evidenciação do capital intelectual municipal e o índice de evidenciação total. A Tabela 1 demonstra o resultado desta análise:

Tabela 1 - Análise descritiva do nível de evidenciação do capital intelectual

Índices	Média	%	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
CAPHUM	9,81	65,16	7,00	13,00	1,754736
CAPESTR	13,53	71,20	8,00	18,00	2,333731
CAPMUN	10,60	88,36	9,00	12,00	1,115272
TRANSP	7,00	100,00	7,00	7,00	0,000000
NECIM	40,94	77,18	33,00	50,00	3,195039

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela 1 mostra que o nível de evidenciação do capital humano é o que possui menor nível de evidenciação, pois a média é de 9,81 pontos, ou seja, 65,16% do total de evidenciações. Em relação ao capital estrutural, o nível de evidenciação médio dos municípios estudados aumentou para 13,53 pontos, ou 71,20% do total. No que se refere aos maiores níveis de evidenciações por categoria, temos a média do capital de munícipe e de transparência, com a média de pontos foi de 10,60, ou seja, 88,36% e de 7 pontos, ou seja, 100%, respectivamente. Quando o nível de evidenciação é analisado pelo índice total do capital intelectual, percebe-se que a média de pontos está bem equilibrada, ou seja, 40,94 pontos (77,18% das evidenciações totais). Estes dados apontam que em média, as políticas de evidenciação dos municípios tendem a dar ênfase às divulgações das informações por munícipes e pelas obrigatórias previstas na legislação da transparência.

Estes resultados divergem dos estudos de Schuh (2009) que analisou municípios do Rio Grande do Sul com população maior de 100 mil habitantes, encontrando o nível de evidenciação de capital humano 26,7%, Capital estrutural 36,8%, munícipes 43,1% e transparência 65,9%.

Ainda, a média encontrada neste estudo de 77,18% é superior as médias dos estudos de Machado (2013), onde a média da evidenciação total foi de 41,95%, ao de Cruz et al. (2010) que encontraram uma média de 46,22% e Marques (2014) que apurou uma média de 31,94%

Na sequência, a partir da mensuração da análise descritiva do nível de evidenciação intelectual total foi elaborada a classificação geral dos municípios. A Tabela 2 aponta os dez municípios da amostra, com as melhores pontuações, ou seja, com os melhores níveis de evidenciação do capital intelectual:

Tabela 2 - Os dez municípios com os maiores níveis de evidenciação do capital intelectual

Ranking	Município	NECIM	%
1º	Pelotas	50	94,34
2º	Bento Gonçalves	48	90,57
3º	Ijuí	48	90,57
4º	Santiago	48	90,57
5º	Capão da Canoa	46	86,79
6º	Caxias do Sul	46	86,79
7º	Erechim	46	86,79
8º	Gravataí	46	86,79
9º	São Leopoldo	46	86,79
10º	Novo Hamburgo	45	84,91

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com a Tabela 2, o município do Rio Grande do Sul com melhor nível de evidenciação do capital intelectual é Pelotas, o qual atingiu 50 pontos, o equivalente a 94,34% do total. Destacam-se também os municípios de Bento Gonçalves, Ijuí e Santiago, que atingiram 48 pontos, ou 90,57%, e o Capão da Canoa, Caxias do Sul, Erechim, Gravataí e São Leopoldo que apresentaram um nível de evidenciação correspondente a 46 pontos, ou 86,79% do total. E por fim, completando o grupo dos municípios que atingiram melhores níveis de evidenciação do capital intelectual, o município de Novo Hamburgo (84,91%). Esse contexto sinaliza que os gestores desses municípios estão preocupados em evidenciar as informações sobre o capital

intelectual, reduzindo assim, o problema da assimetria informacional. Estes resultados tiveram verossimilhança com os resultados de Machado (2013) que também demonstraram que nenhum município evidenciou 100% dos índices analisados.

Após demonstrar quais os municípios com os melhores níveis de evidenciação do capital intelectual, analisou-se, também, os 10 municípios do Rio Grande do Sul que menos evidenciam as informações sobre o capital intelectual. A Tabela 3 ilustra os municípios com menores níveis de evidenciação do capital intelectual:

Tabela 3 - Os dez municípios com os menores níveis de evidenciação do capital intelectual

Ranking	Município	NECIM	%
44°	Taquara	37	69,81
45°	Alvorada	36	67,92
46°	Bagé	36	67,92
47°	Canguçu	36	67,92
48°	Estância	36	67,92
49°	Santo Ângelo	36	67,92
50°	Tramandaí	35	66,04
51°	Guaíba	34	64,15
52°	Sant'Ana do Livramento	34	64,15
53°	Parobé	33	62,26

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com a Tabela 3, o município de Parobé apresentou o pior nível de evidenciação de capital intelectual em relação aos demais municípios estudados nesta pesquisa, pois atingiu apenas 33 pontos, ou seja, 62,26% do total. Na sequência, ainda analisando em ordem decrescente, a cidade de Santana do Livramento e Guaíba apresentaram um nível de evidenciação do capital intelectual correspondente a 64,15% do total, e Tramandaí, 66,04%. As cidades de Santo Ângelo, Estância, Canguçu, Bagé e Alvorada apresentaram 36 pontos, ou 67,92% de nível de evidenciação de capital intelectual, ou seja, também fazem parte dos municípios com os menores níveis de evidenciação e, por fim, o município de Taquara que atingiu apenas 69,81% de evidenciação do capital intelectual. Em comparação com o estudo de Machado (2013), o município com pior nível de evidenciação atingiu apenas 26,16% de evidenciação total.

Diferente do resultado da tabela 2, o resultado da tabela 3 indica que os gestores desses municípios não estão preocupados com o problema da assimetria informacional em relação ao capital intelectual.

4.2 Correlações das Variáveis

O teste de correlação de *Pearson* foi realizado a fim de verificar antecipadamente a existência de relação entre as variáveis que foram utilizadas nos modelos de regressão linear, as variáveis que apresentaram alta correlação foram excluídas dos modelos de regressão. Nesta pesquisa considerou-se como significativas, as variáveis que obtiveram o nível de significância de 0,01 até 0,05.

Com base na Tabela 4, observa-se que a maioria das variáveis apresentaram correlações entre si, porém as variáveis que apresentaram destaque por serem aquelas que se correlacionaram positivamente com a variável de interesse principal, ou seja, com o índice de evidenciação total (NECIM) ou que obtiveram o nível de significância de 0,01 foram: Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital Humano (CAPHUM); Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital Estrutural (CAPESTR); Índice de Evidenciação de itens relacionados ao Capital de Municípios (CAPMUN); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Logaritmo natural da Receita do Município (LnREC); e Logaritmo natural do PIB per capita do Município (LnPIB). Sendo assim, pelo teste de correlação, verifica-se que

possivelmente essas variáveis que obtiveram destaque podem estar influenciando ou explicando o nível de evidenciação do capital intelectual total dos municípios.

Outras variáveis que aparecem em destaque, foram aquelas que apareceram com significância de 0,01, porém correlacionando-se negativamente, como por exemplo, a Taxa de Analfabetismo do Município (ANALF) relacionando-se negativamente com o Logaritmo natural da Receita do Município (LnREC) e com o Logaritmo natural do PIB per capita do Município (LnPIB), significando que o analfabetismo da população pode estar aparentemente influenciando negativamente a receita e o PIB do município. Ou seja, a correlação negativa entre a Taxa de Analfabetismo e a Receita, demonstra que cidades com arrecadação mais altas tendem a possuir uma taxa de analfabetismo menor.

Tabela 4 - Teste de Correlação de Pearson

	CAPHUM	CAPESTR	CAPMUN	NECI M	ANALF	IDH	LnPOPUL	LnREC	LnPIB	LnIDD	LnNUMEL EI
CAPHUM	1										
CAPESTR	,453**	1									
CAPMUN	,586**	0,23	1								
NECIM	,842**	,821**	,651**	1							
ANALF	-0,149	-0,125	-0,252	-0,2	1						
IDH	,294*	,379**	0,159	,383**	-,671**	1					
LnPOPUL	,336*	,283*	0,199	,357**	-,403**	,322*	1				
LnREC	,385**	,339*	0,214	,414**	-,493**	,420**	,956**	1			
LnPIB	0,107	0,146	0,115	0,159	-,432**	,523**	0,131	,273*	1		
LnIDD	0,037	0,236	-0,211	0,092	,443**	-0,04	0,166	0,104	-0,08	1	
LnNUMELEI	,340*	,277*	0,188	,353**	-,397**	,344*	,995**	,960**	0,166	0,199	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verifica-se na Tabela 4, que três das variáveis apresentaram alto índice de correlação, como o logaritmo natural da população do município (LnPOPUL), logaritmo natural do número de eleitores do município (LnNUMELEI) e o índice de evidenciação de itens relacionados a transparência (TRANSP). Estas variáveis foram descartadas dos modelos finais para análise das regressões.

4.3 Análise de Regressão Linear Múltipla

Após o teste de colinearidade, o objetivo nesta seção é de apresentar os fatores explicativos do nível de evidenciação das subcategorias de evidenciação do capital intelectual e do nível de evidenciação global do capital intelectual dos municípios analisados. Para isso estimou-se modelos de regressão linear múltipla. Nestes modelos foram mantidas apenas as variáveis que apresentaram correlações significativas após a realização da análise de correlação.

Para validação do modelo estimado, foi realizado o teste de diagnóstico de colinearidade. Nessa linha, realizou-se o teste de multicolinearidade, ou seja, o teste VIF. Na tabela 5 apresenta o resultado do teste de diagnóstico realizado dos modelos e respectivas variáveis utilizadas. De acordo com os resultados, os modelos atendem o requisito de não ter problema de multicolinearidade, pois nenhuma variável independente apresenta o VIF maior que 10. Além disso, os modelos apresentaram normalidade de seus resíduos.

Portanto, conforme explicado na metodologia desta pesquisa, foram estimados 4 modelos econométricos. O primeiro tem como variável de interesse o “índice de evidenciação do capital humano”, ou seja, este modelo explica a influência das variáveis do nível de evidenciação do capital humano dos municípios da amostra deste estudo.

Com base nos resultados apresentados na tabela 5, observa-se que as variáveis significativas ao nível estimado de 0,01 até 0,05, ou seja, as variáveis que apresentaram significância para o modelo do índice do capital humano são: o índice de desenvolvimento humano (IDH) e o logaritmo natural da receita do município (LnREC). Além disso, o R^2 é de 0,2149, ou seja, o nível de explicação do modelo é de 21,49%.

A partir dos resultados do teste de regressão é possível verificar que as variáveis IDH e LnREC, apresentaram significativas e com efeito positivo sobre o índice de evidenciação de Capital Humano. Os resultados permitem aferir que o aumento em 1% no IDH, vai fazer com que ocorra um aumento de 152% no índice de evidenciação. Com isso é possível afirmar que o índice de desenvolvimento humano possui um efeito positivo sobre o índice de evidenciação do capital humano.

Além disso, a variável receita também apresentou um coeficiente positivo, o que demonstra que o aumento de 1% na receita do município, leva a um CAPHUM 16,10% maior. A receita gera um efeito positivo sobre o CAPHUM, o que demonstra que municípios com maior volume de arrecadação tendem a ter um índice de evidenciação de capital humano.

Nesse contexto, os resultados indicam que aspectos sociais e econômicos, como o desenvolvimento humano e a receita do município, são os fatores que explicam o nível de evidenciação do capital humano dos municípios.

Tabela 5 – Resultados dos testes de regressão linear múltipla.

	MOD. 1 (CAPHUM)	MOD. 2 (CAPESTR)	MOD. 3 (CAPMUN)	MOD.4 (NECIM)	VIF
Const	-1,563417 (-2,01)	1,569868 (-1,99)	,4385698 (0,67)	-,7738849 (1,55)	
ANALF	,0265385 (1,55)	,0178285 (2,36)	-,0007508 (-0,05)	,0137323 (1,25)	3,46
IDH	1,52847** (1,94)	1,883327** (1,67)	,1586118 (0,24)	1,143453** (2,26)	2,40
LnREC	,1609895* (2,70)	,1012282 (-0,36)	,0595965 (1,19)	,095346* (2,49)	1,74
LnPIB	-,0474532 (-0,46)	-,038034 (0,69)	,0036878 (0,04)	-,02623 (-0,39)	1,59
LnIDD	-,0851484 (-0,97)	,0618552 (0,69)	-,0910582 (-1,23)	-,022541 (-0,40)	1,40
R ²	0,2149	0,2536	0,1039	0,2576	
Adj. R2	0,1314	0,1742	0,0086	0,1786	
Sig.	0,0388	0,0146	0,3781	0,0131	
N. obs.	53	53	53	53	

Legendas: * significativo a 1%; ** significativo a 5%; Valores entre parênteses: estatística t.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O segundo modelo proposto, visa analisar a influência das variáveis independentes no nível de evidenciação do capital estrutural dos municípios da amostra deste estudo. Os resultados evidenciados na tabela 5 evidenciam que apenas a variável IDH apresenta significância ao nível de 0,05, provocando uma variação positiva de 188,33% no CAPESTR. Neste modelo, o R² ajustado é de 0,2536, ou seja, o nível de explicação é de 25,36%.

Nesse contexto, após a validação do modelo, pode-se afirmar que os resultados indicam que o desenvolvimento humano do município é um fator explicativo do nível de evidenciação do capital estrutural, ou seja, quanto maior o desenvolvimento humano neste município, maior será a evidenciação do capital estrutural do município.

O terceiro modelo tinham como finalidade testar a influência das variáveis no nível de evidenciação do capital de municípes. Porém, de acordo com os resultados reportados na tabela 5, o modelo não apresentou nenhuma variável significativa que explicasse o nível de evidenciação para esta categoria, bem como, o modelo proposto também não apresentou-se significativo.

O quarto modelo proposto, tinha como intuito permitir a identificação de fatores explicativos no nível de evidenciação de capital intelectual global dos municípios analisados,

de modo, a responder o objetivo do estudo. Conforme demonstram os resultados acerca do MOD. 4, na tabela 5, duas variáveis apresentam resultados significativos, ou seja, duas variáveis apresentaram significância para o modelo do índice total do capital intelectual: IDH ($p\text{ value} < ,05$) e o logaritmo LnREC ($p\text{ value} < ,01$). Neste modelo o R^2 ajustado é de 0,2576, ou seja, o nível de explicação do modelo é de 25,76% e significativo.

A partir da análise deste modelo, tem-se que o aumento de 1% da variável IDH provoca uma variação positiva de 114,36% vezes no NECIM e a variação de 1% da variável LnREC provoca uma variação positiva de 9,53% vezes no NECIM (significativa a 0,01). Logo, pode-se afirmar que os resultados indicam o desenvolvimento humano e a receita do município, são os fatores explicativos do nível de evidênciação total do capital intelectual dos municípios do Rio Grande do Sul.

Deste modo, em relação a variável IDH, o resultado assemelha-se aos resultados de Cruz et al (2009); Schuh (2009); Cruz et al. (2010); Souza, Barros, Araujo & Silva (2013); Leite Filho et al (2014), Costa & Torres (2015) e Comin et al (2016) que encontraram relação significativa entre as variáveis IDH e nível de evidênciação total de capital intelectual. Entretanto, diverge ao estudo de Machado (2013), Rossoni (2013) e Marques (2014).

Em relação a variável receita do município o resultado vai ao encontro dos resultados de Cruz et al (2009), Schuh (2009), Cruz et al. (2010) que encontraram relação entre as variáveis receita do município e nível de evidênciação total de capital intelectual e descompassa com o estudo de Rossoni (2013).

As variáveis que não apresentam significância: (i) taxa de analfabetismo, assemelham-se aos estudos de Machado (2013); Souza et al. (2013); Marques (2014) e divergem dos resultados de Cruz et al (2009) e Cruz et al. (2010). (ii) PIB *per capita*, o resultado é semelhante ao de Cruz et al, (2009); Machado (2013); Rossoni (2013); Souza et al. (2013); Marques (2014) e Comin et al (2016), e diverge de Cruz et al (2013). (iii) idade do município, o resultado assemelha-se ao estudo de Schuh (2009) que não encontrou relação com a evidênciação total de capital intelectual evidenciado nas páginas eletrônicas de municípios do Rio Grande do Sul.

Percebe-se que o nível de evidênciação total do capital intelectual é resultante do aumento do desenvolvimento humano e do aumento das receitas do município, ou seja, quanto mais investimento no desenvolvimento humano e quanto maiores são as receitas nos municípios do Rio Grande do Sul, maior será o nível total de evidênciação do capital intelectual.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi investigar o nível e os fatores explicativos da evidênciação de capital intelectual nas páginas eletrônicas de prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul com população acima de 40 mil habitantes. Para a coleta dos dados foi utilizado o instrumento de coleta de Schuh (2009). A amostra resultou em 53 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Após a coleta os dados foram tabulados em planilha excel e rodados no Stata: *Data Analysis and Statistical Software*® para a análise descritiva para explicar nível de evidênciação do capital intelectual dos municípios. Na sequência foram efetuadas as correlações das variáveis dos modelos econométricos propostos por meio dos modelos de regressões lineares múltiplas estimadas.

Os resultados evidenciam que dentre todos os municípios da amostra, o município de Pelotas se destaca com maior nível de evidênciação de informações com 94,34% do total. Já com menor nível de evidênciação é o município de Parobé com 62,26% do total. Este resultado demonstra a diferença da importância que os gestores destes municípios dão a divulgação das informações para os cidadãos ou quem tiver interesse.

Também, os componentes de capital intelectual mais evidenciados pelos municípios em suas páginas eletrônicas, encontrou-se 65,16% para o item capital humano, 71,20% para o capital estrutural, 88,36% para capital de município e 100% para transparência. Pode-se analisar

que no âmbito destes resultados, o interesse político se dá na evidenciação de informações por capital de municípios, que está relacionada com o ambiente externo em relação a imagem e reputação do município e, transparência, que está relacionada com às obrigações previstas na legislação.

Ainda, em relação aos modelos de regressão, utilizou-se o teste de colinearidade (correlação das variáveis) de Pearson, a fim de evidenciar a relação de existência das variáveis utilizadas nos modelos de regressão linear. Considerou-se como significativas, as variáveis com nível de 0,01 até 0,05.

Após, buscou-se através de modelos de regressão linear múltipla identificar os fatores explicativos do nível de evidenciação de capital intelectual nos municípios. Em resumo, no que se refere ao capital humano, os resultados indicam que aspectos sociais e econômicos, como o desenvolvimento humano e a receita do município, são os fatores que explicam o nível de evidenciação do capital humano dos municípios. Já o capital estrutural, pode-se afirmar que os resultados indicam que o desenvolvimento humano do município é o fator explicativo do nível de evidenciação do capital humano estrutural, ou seja, quanto maior o desenvolvimento humano neste município, maior será a evidenciação do capital estrutural do município. O capital de municípios, por sua vez, não apresentou nenhuma variável significativa que explicasse o nível de evidenciação para este componente.

Por fim, o índice de evidenciação total do capital intelectual é resultante do aumento do desenvolvimento humano e do aumento das receitas do município, ou seja, quanto mais investimento no desenvolvimento humano e quanto maiores são as receitas nos municípios do Rio Grande do Sul, maior será o nível total de evidenciação do capital intelectual.

Portanto, conclui-se que a evidenciação de capital intelectual por parte das prefeituras pela ferramenta de internet é de extrema importância para agregar valor ao município, uma vez que fica evidente de forma transparente todos os movimentos que o município toma perante a sociedade, envolvendo cidadãos, empresas, demais órgãos públicos e investidores, propiciando o crescimento e desenvolvimento dos municípios. É importante salientar que existe possibilidade e espaço dos gestores de alguns municípios buscarem informatizar o acesso a informação por meio da internet, além de a informação estar disponível, mantê-la atualizada, uma vez que a mesma atinge um grande público demonstrando compromisso e transparência do andamento político e social do município.

Este estudo não considerou informações que não estivessem nas páginas eletrônicas dos municípios, ou a veracidade das informações evidenciadas. Também, a verificação da evidenciação dos subitens de capital intelectual do instrumento de pesquisa não está voltada para mensuração, e sim, apenas evidenciação.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a investigação dos itens de capital intelectual em outros Estados do Brasil, assim podendo fazer comparações entre regiões.

REFERÊNCIAS

Andrade, M. M. D. (1999). Introdução à metodologia do trabalho científico: *elaboração de trabalhos na graduação*. (4ª. ed.) São Paulo, SP: Atlas.

Antunes, M. T. P. (2000). Contabilidade e capital intelectual. 9ª Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil. São Paulo.

Athayde, F. R. (2002). A Evidenciação de informações contábeis da área social no setor Público: estudo de caso do município de Luziânia GO. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade

Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado em 11 outubro, 2017, de http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_003.pdf.

Avelino, B. C. (2013). Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado em 14 agosto, 2017, de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-97XGTF/disserta__o_final_bruna_camargos_avelino.pdf?sequence=1.

Bontis, N. (2004). National intellectual capital index: a United Nations initiative for the Arab region. *Journal of intellectual capital*, 5(1), p.13-39.

Brooking, A. (1996). *Intellectual Capital*. London: Thomson Learning Europe.

Bueno, E. et al. (2004). La administracion publica como agente del conocimiento en la sociedad de la informacion. Sistema de gestion y desarrollo del capital intelectual. Proyecto SICAP, Centro de Investigacion sobre Idel Conocimiento (CIC), Madrid, Spain.

Cfc. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº. 1.374/11. (2011). Dá nova redação à Nbc Tg Estrutura Conceitua–Estrutura Conceitual para Elaboração eDivulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília.

Chiavenato, I. (2009). *Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos*. (7ª. ed.) Barueri, SP: Manole.

Cic. (2002). *Guías y Directrices de Utilización del Modelo Intellectus*. Documento Intellectus, Centro de Investigación sobre la Sociedad del Conocimiento. Universidad Autónoma de Madrid.

Cinca, S. C.; Molinero, C. M.; & Queiroz, A. B. (2001). *An approach to the measurement of intangible assets in public sector using scaling techniques*, University of Southampton, Southampton.

Collins, J.; & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. (2. ed.) Porto Alegre: Bookman.

Comin, D., Ramos, F. M., Zucchi, C., Favretto, J., & Fachi, C. C. P. (2016). A Transparência Ativa nos Municípios de Santa Catarina: Avaliação do Índice de Atendimento à Lei de Acesso à Informação e suas Determinantes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(46), 24-34.

Costa, J. M. da; & Torres, F. J. V. (2015). *Transparência Pública: uma Avaliação dos Portais das Prefeituras Paraibanas sob a Perspectiva do Itgp-M*. Anais do Congresso Unb De Contabilidade e Governança, Brasília, DF, Brasil, 1.

Cruz, C. F.; Silva, L. M.; & Santos, R. dos. (2009). *Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro*. Anais do Encontro de Administração da Informação, Recife, PE, Brasil2.

Cruz, C. F.; Ferreira, A. C. de S.; Silva, L. M. da; & Macedo, M. A. da S. (2010). *Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros*. Anais do Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 34.

- Dantas, I. (2016). Depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado/intangível. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos.
- Davenport, T. H.; & Prusak, L. (2004). Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. (9ª. ed.) Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Edvinsson, L.; & Malone, S. M. (1998). Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo, SP: Makron Books.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.) São Paulo, SP: Atlas.
- Guedes, Á. M.; & Silvério, J. P. (2016). Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. Curitiba, PR: InterSaber.
- Gujarati, D. (2006). Econometria Básica. (4. ed.) São Paulo: Makron Books.
- Kayo, E. K.; Kimura, H.; Martin, D. M. L.; & Nakamura, W. T. (2006). Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista administração contemporânea*. Curitiba, 10 (3), p. 73-90. Recuperado em 8 maio, 2017, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000300005>.
- Lanzana, A. P. (2004). Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Leite Filho, G. A.; Andrade, I. C. F.; & Colares, A. F. V. (2014). Transparência Da Gestão Fiscal Pública: Um Estudo A Partir Dos Portais Eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. *Anais do Congresso Usp*, São Paulo, SP, Brasil, 11.
- Luz, É. E. D. (2015). Teoria da Contabilidade. Curitiba, PR: InterSaber.
- Machado, V. N. (2013). Fatores explicativos do nível de evidenciação nas páginas eletrônicas de municípios do Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Marques, S. B. S. da S. (2014). *Transparência nos pequenos municípios do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a divulgação de indicadores da LRF e da LAI*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Mello, G. R. de.; & Slomski, V. (2010). Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. *JISTEM – Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, v. 7, n. 2, p. 375-408.
- Mendel, T. (2009) Freedom of information: a comparative legal survey. Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Recuperado em 8 agosto, 2017, de <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>.
- Musa, E. V. Fluxo Solutions. (2006). *Fluxo Solutions*, 9 Janeiro. Recuperado em 12 abril, 2017, de <http://www.fluxosolutions.com.br/newsletter-9/ativos-tangiveis-e-intangiveis>.
- Organization For Economic Co-Operation And Develop- Ment. (2003). The egovernment imperative. Paris. Recuperado em 10 agosto, 2017, de <http://www.oecd.org/dataoecd/60/60/2502539.pdf>.

- Queiroz, A. B. (2006). El Capital Intelectual en el Sector Público. *Revista Sociedade, contabilidade e gestão*. Rio de Janeiro, 1 (1).
- Ramírez, Y. (2010). Intellectual capital models in Spanish public sector. *Journal of Intellectual Capital*. 11 (2), p. 248-264.
- Relly, J. E.; & Sabharwal, M. (2009). Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. *Government Information quarterly*. 26, p. 148-157.
- Rezende, Y. (2002). Informação para negócios: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual. *Revista Ciência da Informação*. 31 (2), p. 120-128.
- Rossoni, F. V. (2013). *Transparência na gestão pública municipal: uma análise nos sítios eletrônicos das Prefeituras Municipais do Estado do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis) da Fucape, Vitória, ES, Brasil.
- Santana Junior, J. J. B. de. (2008). *Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Recife, PE, Brasil.
- Saw, K. W. (2003). Corporate disclosure quality, earnings smoothing, and earnings' timeliness. *Journal of Business Research*. 56, p. 1043-1050.
- Schuh, C. (2009). *Evidenciação de capital intelectual nas páginas web de prefeituras do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Souza, F. J. V. de; Barros, C. da C.; Araujo, F. R. de; & Silva, M. C. da. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. 3 (3), p. 94-113.
- Stewart, T. A. (1998). *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. 9ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Sveiby, K. E. (1998). *A Nova Riqueza das Organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*. 32 (1-3), p. 97-180.
- Zafalon, A. M.; Duarte, M.; & Rodrigues, A. de F. (2006). A importância do capital humano nas empresas. Recuperado em 7 abril, 2017, de http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_03.pdf.